INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERDISCIPLINARIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JOCIMARA CROVADOR

O DISCURSO SOBRE A LOUCURA

Trabalho apresentado como requisito para obtenção de aprovação na disciplina de *Discurso, Saber e Poder*, ministrado pelo Prof. Me. Gustavo Leoni Bordin.

PITANGA – PR

2017

**1 – INTRODUÇÃO**

Michel Foucault na obra “A Ordem do Discurso”, fruto de sua aula inaugural no Collège De France, de 1970 irá abordar os temas relacionados aos discursos e os mecanismos de poder a eles relacionados.

Em nosso trabalho iremos focar no que Foucault afirma sobre a loucura.

**2 – A LOUCURA SEGUNDO FOUCAULT.**

Foucault parte da hipótese de que em toda a sociedade o discurso produzido é controlado, selecionando, organizado e redistribuído com a finalidade de afastar os perigos que deles podem decorrer.

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar, ou talvez o teatro muito provisório do trabalho que faço: suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade.

 (FOUCAULT, 1970, p. 9).

Para Foucault, os procedimentos para controlar o discurso é a exclusão é a interdição. Assim como não se tem direito, também não se pode falar tudo sobre qualquer assunto em qualquer circunstância.

Existia e existe um tabu em alguns discursos e dependendo da circunstância, há o direito e o privilegiado ou exclusivo de alguns. Não eram todos que tinham esse poder. Foucault menciona ainda três tipos de interdições: as que se cruzam, se reforçam ou se compensam.

Segundo ele, é aí que se forma uma grade muito mais complexa, e mais ainda, não para de ser modificada. Foucault usa o termo “buracos negros” e ainda cita a sexualidade e a política.

Michel Foucault é de uma época em que não se exercia o direito ao discurso, ou seja, de falar ou expressar sentimentos e pensamentos próprios. Para ele, existia naquela sociedade, e não diferente da “atual”, o princípio da exclusão e não mais da interdição. Aqui, as pessoas que eram diferentes e tinham um discurso que não poderia ser circulado, eram tidas como loucas. Sendo elas excluídas ou separadas da sociedade.

Existe em nossa sociedade outro principio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura.

 (FOUCAULT, 1970, p. 10)

Era uma época que os loucos eram reconhecidos pelas suas palavras e era nesse tempo que acontecia a separação. Havia apenas a separação, não eram recolhidas e nem executadas. O discurso do louco se tornava nada, não tinha valor, eram ruídos, ele apenas poderia representar um papel no Teatro, onde não representavam perigo, mas apresenta-se uma verdade mascarada.

O princípio de exclusão é a separação e a rejeição. Para ilustrar esse procedimento Foucault relembra uma oposição entre razão e loucura que existia na Idade Média. A voz do louco, era um processo de exclusão ou de investimento . “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco”, sua voz, portanto, era o lugar onde se exercia a separação. Foucault diz que apesar de se exaltar a superação desta visão, a velha separação continuava entre os indivíduos: “a separação, antes de estar apagada, se exerce de outro modo.” E é aí que nasce as instituições e é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce. As instituições mudam, os efeitos permanecem os mesmos.

Outro princípio diz respeito à vontade de verdade, o verdadeiro e o falso que age de forma histórica e institucionalmente constrangedora. O autor diz respeito a uma divisão histórica, que ocorre na Grécia Antiga (séc. VII), onde a verdade se desloca do ato ritual de enunciação para o enunciado dele próprio, para seu sentido, forma e objeto. E é onde ele vai falar de “enxotação do sofista”. A partir desse momento, acreditava-se que o discurso verdadeiro como não sendo nem mais o precioso e desejável, nem mais ligado ao poder. Essa divisão era estabelecida, entre o discurso verdadeiro e o discurso falso e deu forma à nossa vontade de saber.

Foi então que “tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é a das verdades que constrangem.” Era uma vontade de verdade que se apoiava sobre um suporte institucional, reforçada e reconduzida por uma série de práticas e pelo “modo como o saber é aplicado à sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.” Vista por este suporte, essa vontade de verdade exerce um poder de coerção sobre os outros discursos, que recorrem a ela pedindo autorização e legitimação.

Outro procedimento reforça a direção de dois sistemas de exclusão, modificar e fundamentar. E esses tornam cada vez mais frágeis, sendo atravessados pela vontade de verdade.

**3 – CONCLUSÃO**

Voltando ao inicio deste trabalho, mais do que tentar relatar sobre o discurso sobre a loura, essa obra de Foucault relata alguns pontos, a vontade de verdade, com História da loucura na idade clássica, e o nascimento das instituições. Podemos descobrir que, o autor vai muito além de considerar que, em todos os fenômenos, constitui uma representação da realidade e que é atual também. Vai ale da conferência no Collège de France em dezembro de 1970. Pois chega aos nossos dias, ao nosso redor, pois não podemos proferir nosso discurso sobre determinados fatos ou assuntos e em determinados lugares. Somos taxados também de loucos se manifestarmos nosso discurso próprio, caso a autoridade que rege nosso sistema for de nossa oposição, e então podemos sofrer conseqüências e perdas. Diz-se que temos o livre arbítrio, mas será que temos mesmo? Não falar de política nas escolas para ensinar um cidadão a formar opinião própria, isso não é liberdade de expressão. A loucura não está nos discursos, mas está na cabeça, comprovada na medicina.

**4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.